CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 2383/81 (PROC. DREB 704/81)
INTERESSADO : BELQUIZ VIEIRA GARCIA
ASSUNTO : RECURSO CONTRA RETENÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
RELATOR : CONSº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI
PARECER CEE : 711 /83 - CESG - APROVADO EM 11/05 /83.

1 - H I S T Ó R I C O

1.1. BELQUIZ VIEIRA GARCIA, brasileira, estudante, nascida aos 13/04/1964, em Bauru/SP, filha de Othoniel Bizarro Rosa Garcia e de Zelinda Vieira Garcia, requer, em ofício datado de 13/03/81, a este Conselho Estadual de Educação, por intermédio de seu progenitor, seja reconsiderada sua retenção, no ano de 1980, na 3ª série do 2º grau da EEPSG "Prof. Christino Cabral", em Bauru, re-provação esta ocasionada em virtude da aluna não haver alcançado Educação Física o limite estabelecido por Lei, isto é, 75% de frequência.

Acrescenta ainda que, muito embora tivesse dado entrada com uma solicitação de estudo do caso ao Conselho de Professores da referida escola em 10/12/1980, até a presente data não tinha uma resposta afirmativa ou negativa por parte da direção da escola, de forma oficial. E, nesse ínterim, "foi a aluna aprovada no curso de Comunicação Visual da Fundação Educacional de Bauru, só efetuando a matrícula em face de um mandado de segurança, pois de outra maneira perderia a vaga na Faculdade e estaria impedida de dar seqüência aos seus estudos no 3º grau".

1.2. Da minuciosa exposição de motivos arrolada pelo pai da interessada, de fls. 4 a 7, no sentido de justificar o não comparecimento de sua filha às aulas de Educação Física e embasar a presente petição, transcrevemos os trechos a seguir:

1.2.1 - "A aluna vinha estudando na referida escola desde o 1º ano do curso colegial;

1.2.2 - a aluna fez parte da turma especial de treinamento de vôlei durante os últimos dois anos e até parte final do ano de 1980;

1.2.3 - a aluna foi promovida em todas as disciplinas sem necessidade de recuperação, somente precisando repor as aulas de Educação Física;

1.2.4 - a aluna conta com as seguintes faltas em Educação Física, conforme informação prestada pela professora de E-

educação Física: 1º bimestre = 8; 2º bimestre = 24; 3º bimestre = 13; 4º bimestre = 11, num total de 56 faltas para um total de 106 aulas dadas;

1.2.5.- na ficha modelo 31 do controle da escola constam 45 faltas;

1.2.6 - no levantamento feito pela Comissão de Supervisores da Delegacia de Ensino de Bauru constam registradas 97 aulas dadas e 56 faltas em Educação Física:

1.2.7 - em setembro de 1980, a aluna começou a trabalhar e solicitou dispensa de Educação Física. Ficamos cientes do indeferimento do pedido de dispensa através da informação prestada pela professora de Educação Física e no segundo atestado fornecido pelo local de trabalho da aluna, conforme declaração do Sr. Diretor da Escola;

1.2.8 - a aluna, para comprovar que trabalhava e que continua trabalhando, anexou novo atestado de trabalho, mas somente no final do 4º bimestre é que foi informado, por outro professor de Educação Física, de que o aluno de curso diurno não tem direito à dispensa da Educação Física, isto ocorrendo só em casos considerados excepcionais; todavia, não foi essa a informação prestada pela Escola e nada mais restava ser feito; reposição das aulas de Educação Física e um pedido formulado ao Conselho de Professores;

1.2.9 - a aluna efetuou a reposição no final do ano, entregou um trabalho escrito para a professora de Educação Física, mas nada encontramos com relação ao trabalho entregue, somente a cópia da folha da caderneta de Educação Física de dezembro de 1980, recuperação, onde consta a aluna ter estado presente;

1.2.10 - em 10/12/1980, fizemos um pedido ao Conselho de Professores da Escola, que foi encaminhado à professora para prestar informações e esta também opinou sobre a necessidade de ouvir o Conselho;

1.2.11 - existe um despacho do Sr. Diretor da Escola enviando o pedido ao Conselho, todavia o mesmo não tem nenhuma informação do Conselho;

1.2.12 - o que, de fato, ocorreu foi o não encaminhamento do pedido ao Conselho, como se pode comprovar do despacho exarado pelo Sr. Diretor "de que não era da competência do Conselho mas também não tomou outra providência para solucionar o caso;

1.2.13 - ficamos sabendo, informalmente, que todos os demais casos de Educação Física foram resolvidos e que somente o da aluna Belquiz ficara em pendência, visto que existia um mandado de segurança para garantir a vaga na faculdade e essa liminar determi-

nou a expedição do certificado de conclusão";

1.2.14 - ficamos sem saber em que informação acreditar como sendo a correta, todavia, com estas incorreções todas, a direção da Escola procura, de todas as formas, reter a aluna que já demonstrou ter conhecimentos adquiridos na Escola e fora dela, que a levaram a galgar uma vaga no curso superior;

1.2.15 - quanto ao Diretor da Escola, apesar de sempre se mostrar solícito e de que está preocupado em resolver a questão, em cumprir fielmente a Lei, não o vemos dessa forma, pela sua maneira de agir, pois:

- não encaminhou o pedido formulado ao Conselho da Escola, em dezembro de 1980;

- prometeu, pessoalmente, ao pai da aluna e ao Diretor da Faculdade (FEB) de que necessitava de tempo para submeter o caso ao Conselho de Professores mas em nenhuma oportunidade levou o pedido ao Conselho retro citado;

- não atendeu às sugestões da professora de Educação Física e da Comissão de Supervisores de que o Conselho da Escola deveria ser ouvido;

- vem protelando a decisão, positiva ou negativa do assunto, não dando condições para que outras posições sejam tomadas, com vista à não interrupção dos estudos da aluna".

1.3 - Anexando documentação para o que expôs (fls. 8/23 do Proc. CEE 2383/81), o Sr. Othoniel B. R. Garcia deu entrada do presente recurso diretamente na Divisão Regional de Ensino de Bauru.

1.4 - Apreciando a matéria, a Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica da DRE/Bauru propôs, preliminarmente, a remessa do protocolado à Escola, através da D.E. de Bauru, para que as respectivas autoridades de ensino se manifestassem nos autos, oportunidade em que formulou 11 (onze) questões a serem esclarecidas pela EEPSPG "Prof Christino Cabral" (fls. 24/27).

1.5 - Informado pela direção da Escola (fls. 28/33), onde recebeu, como primeiro item do parecer conclusivo, o que segue:

1.5.1 - "O prosseguimento deste processo torna-se desnecessário, uma vez que o poder judiciário se pronunciou em respeitável sentença, considerando a impetrante carecedora de "direito líquido e certo à obtenção do certificado de conclusão do curso de 2º grau". (ver doc. 01 - fls. 34/36).

Foi o processo encaminhado à D.E. de Bauru, cuja Supervisão de Ensino, em pormenorizada análise do caso em pauta, em linhas gerais, assim se manifestou (fls. 52/55);

"Analisando o conteúdo dos autos deste Processo, verificamos que, nesta altura do ano (16 de setembro de 1981) outra alternativa não resta senão o encaminhamento do, assunto à consideração do Egrégio Conselho Estadual de Educação. Nestas circunstâncias, quase que se torna irrelevante saber a quem a culpa pela situação criada, porém, muito mais urgente e importante é resolver o problema da vida escolar da aluna Belquiza Garcia que, em virtude da cassação da liminar que autorizou sua matrícula na Faculdade de Artes e Comunicação da Fundação Educacional de Bauru, não pode, mesmo que o quisesse, cursar atualmente, no corrente ano, a 3ª série do 2º grau, devido ao avario do ano letivo."

Neste momento, o caso exige, muito mais que uma solução jurídico-legal, uma solução pedagógica e humana e ninguém melhor que o Conselho Estadual de Educação para fazê-lo.

Contudo, fazendo um retrospecto do caso, constatamos que culpa cabe aos pais da aluna, da mesma forma que, também, culpa cabe à Escola. Menos culpada e muito mais vítima é a aluna.

Os pais foram negligentes quando não acompanharam mais de perto a vida escolar da menina Belquiza. Porém, embora tardiamente, os interessados, pai, mãe e filha, sentindo a delicadeza da situação, solicitaram que o "Conselho de Escola ou o Conselho de Professores" estudasse, com carinho, o pedido de aprovação (fls. 8). Tal solicitação não teve acolhida, pelo Sr. Diretor da Escola, que a encaminhou à Delegacia de Ensino, juntamente com outros recursos de alunos, postergando, portanto, a solução do problema (fls.9).

Por sua vez, a Escola, conforme consta no Relatório da Comissão de Supervisores de Ensino da Delegacia, que realizou uma Diligência sobre o caso: "A Escola, embora zelosa quanto à freqüência dos alunos às aulas de Educação Física, conforme impressão colhida durante a diligência não procedeu, como indicada no Artigo 97, I, § 2º, do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, isto é, não fez a programação anual das atividades de recuperação e de compensação de aulas, devidamente registrada em ata do Conselho de Classe.

Por outro lado, verificam-se nos autos, contradições de informações, caracterizando um certo descontrole na organização interna da Escola, fato que poderia ter contribuído

para o surgimento do presente caso.

Além do mais, oficialmente, os pais da aluna Belquiz não tomaram conhecimento da real situação de faltas em Educação Física, uma vez que o Boletim de Conceitos e Faltas (fls. 21), não contém a assinatura do pai ou responsável em nenhum bimestre.

Na mesma situação da aluna Belquiz Vieira Garcia se encontravam outros 15 alunos, todos, ao final do ano letivo de 1980, retidos em Educação Física, por falta de freqüência. Todos eles, alegando motivos diversos, apresentaram recursos, que foram encaminhados à Delegacia de Ensino, onde formaram o protocolado nº 115 - 13/80 e 23-13/81. Alguns apresentaram no recurso, portanto, a posterior, atestado médico, outros, comprovante de trabalho. De qualquer forma, depois de terem sido considerados retidos pela Escola e, entre eles, a aluna Belquiz. O Sr. Delegado de Ensino designou uma Comissão de Supervisores para apreciar os vários casos, tendo ela concluído pela promoção de 4 alunos, por motivo de trabalho, remetendo os demais à solução pela própria Escola. Os 6 alunos que apresentaram atestado médico, embora extemporaneamente, foram considerados promovidos. Os 5 restantes, que apresentaram outros motivos, foram submetidos ao Conselho de Classe, que se reuniu extraordinariamente no dia 23/02/81, para resolver esses casos, tendo concluído pela retenção de uma aluna e pela promoção dos demais.

Entretanto, o caso da aluna Belquiz Vieira Garcia não foi submetido à apreciação do Conselho de Classe, com os outros, limitando-se o Sr. Diretor a esclarecer a sua situação (fls. 41). Parece-nos que, como os demais alunos, retidos que estavam, foram submetidos ao Conselho de Classe, também a aluna Belquiz deveria tê-lo sido, mesmo que fosse para que o referido Conselho confirmasse a sua retenção, mas não o foi.

Parecer Conclusivo: Tendo em vista o acima exposto e considerando:

- que a Escola não procedeu na forma indicada no Artigo 97, I, § 2º, do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, isto é, não fez a programação bimestral das atividades de recuperação e de compensação de ausências, devidamente registrada na Ata do Conselho de Classe;

- que os pais da aluna Belquiz Vieira Garcia, oficialmente, não tomaram conhecimento da situação das faltas da mesma em Educação Física;

- que outros colegas seus, também retidos em primeira instância, tiveram suas situações revistas através de re-

curso, quer através de apresentação de atestado médico, quer através de apresentação de comprovante de trabalho, quer através da aprovação pelo Conselho de Classe, realizado no dia 23/02/81;

- que não foi dada à aluna Belquiz nem ao menos a oportunidade de ver o seu caso apreciado pelo Conselho de Classe que, inclusive, poderia ter confirmado a sua retenção e resolvido, de vez, a questão;

- a demora na solução de seu recurso, que levou os pais da aluna a usarem o remédio heróico do mandado de segurança, para garantir sua matrícula na faculdade de Artes e Comunicação da Fundação Educacional de Bauru;

- o adiantado do ano letivo, impedindo que a aluna Belquiz possa cursar, no corrente ano, novamente, a 3ª série do 2º grau;

somos pelo encaminhamento do presente expediente à apreciação do Egrégio Conselho Estadual de Educação, com parecer favorável à aprovação da aluna Belquiz Vieira Garcia, na 3ª. série do 2º grau e, conseqüentemente, autorização para que a Escola expeça o Certificado de Conclusão correspondente".

1.6. - Após o acolhimento, pelo Sr. Delegado de Ensino, do posicionamento adotado pela Supervisão de Ensino, o protocolado recebeu da ETSP da DRE de Bauru o Parecer nº 430/81, no qual apresenta apreciação sobre a atuação da Escola e da aluna e ratifica o parecer da D.E. de Bauru (fls. 56/60).

1.7. - A Coordenadoria de Ensino do Interior, analisando os fatos e "verificando que o Poder Judiciário já se manifestou contrário ao solicitado, em respeitável sentença cujo xerox consta nas fls. 32, 33 e 34 (fls. 34/36 do Processo CEE), não vê como referendar o parecer das autoridades escolares preopinantes (fls. 61/62), remetendo, entretanto, o protocolado a este Conselho, por intermédio do Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Educação.

2. APRECIAÇÃO:

Iniciaria transcrevendo parte da sentença judicial que denegou mandado de segurança impetrado pela interessada:

"O que se infere da prova carreada para os autos é que a impetrante realmente foi reprovada, por não ter compa-

recido ao mínimo de aulas de Educação Física exigido pela legislação vigente.

É verdadeiramente contristador que a mesma veja frustrada sua vitória nos exames vestibulares para ingresso na Faculdade de Comunicação Visual. Todavia, essa frustração não pode ser obviada, uma vez que a impetrante não reunia os requisitos legais para o ingresso na Faculdade" (fls. 32 a 34).

Diria, como o ilustre magistrado, em outras palavras, que este relator não vê solução jurídica favorável à peticionária, em que pese julgar uma total excrescência fazê-la voltar à 3ª. série do 2º grau para cumprir Educação Física.

A título de orientação, esclareço à jovem que ela pode usar, tanto na 3ª. série do 2º grau, como posteriormente em nível de ensino superior, do direito de aproveitamento de estudos, o que virá a lhe possibilitar não sejam totalmente frustrados os seus esforços despendidos, nos últimos anos, nos estudos já cumpridos.

3 - CONCLUSÃO:

Não há amparo legal à pretensão da aluna Belquiz Vieira Garcia.

CESG, em 25 de abril de 1.983
a) CONSº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI
- RELATOR -

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Aroldo Borgez Diniz, Heitor Pinto e Silva Pilho, Pe. Lionel Corbeil, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 20 de abril do 1.983.
a) CONSª. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
- P R E S I D E N T E -

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foi voto vencido o Conselheiro Bahij Amin Aur.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de maio de 1983.

a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE